

Cassio
SCARPINELLA
Bueno

Manual de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

7ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Bueno, Cassio Scarpinella

Manual de direito processual civil : volume único / Cassio Scarpinella Bueno. - 7. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

984 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-259-7 (impresso)

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Processo civil – Legislação – Brasil.

20-0496

CDD 347
CDU 347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil - Brasil

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sergio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.

Revisão Carmem Becker

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 27-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606819 CAE 741426

Sumário

Abreviaturas e siglas.....	9
Prólogo.....	33
Nota à 7ª edição.....	37
Nota à 6ª edição.....	40
Nota à 5ª edição.....	42
Nota à 4ª edição.....	44
Nota à 3ª edição.....	46
Nota prévia à 2ª edição.....	49

Capítulo 1

Considerações Propedêuticas.....	51
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil?.....	51
2. O modelo constitucional do direito processual civil.....	53
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil.....	56
2.1.1 Acesso à justiça.....	56
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional).....	57
2.1.3 Contraditório (cooperação).....	59
2.1.4 Ampla defesa.....	60
2.1.5 Juiz natural.....	60
2.1.6 Imparcialidade.....	61
2.1.7 Duplo grau de jurisdição.....	61
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais.....	62
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	63
2.1.10 Isonomia.....	63
2.1.11 Publicidade.....	64
2.1.12 Motivação.....	65
2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	65
2.1.14 Assistência jurídica integral e gratuita.....	66

2.1.15	Duração razoável do processo (eficiência processual).....	66
2.1.16	Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo)	67
2.1.17	Princípios-síntese	68
2.2	Organização judiciária	68
2.3	Funções essenciais à Justiça	71
2.3.1	Magistratura	71
2.3.2	Ministério Público	72
2.3.3	Advocacia	73
2.3.4	Defensoria Pública.....	75
2.4	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados	77
2.5	Normas de concretização do direito processual civil	78
2.6	Reflexão.....	80
3.	Institutos fundamentais do direito processual civil.....	81
3.1	Jurisdição.....	83
3.2	Ação	85
3.3	Processo.....	88
3.4	Defesa	92
4.	O neoconcretismo.....	93
4.1	Tutela jurisdicional.....	96
4.1.1	Cognição jurisdicional.....	98
5.	Convite	98
	Resumo do Capítulo 1.....	99
	Leituras Complementares (Capítulo 1).....	104
Capítulo 2		
	Normas Processuais Cíveis	108
1.	Para começar.....	108
2.	Normas fundamentais do processo civil.....	108
2.1	O modelo constitucional do direito processual civil.....	109
2.2	O princípio da inércia da jurisdição	111
2.3	Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos.....	112
2.4	Princípio da eficiência processual.....	113
2.5	A boa-fé objetiva.....	114
2.6	Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	116

2.7 Princípio da isonomia (paridade de armas)	118
2.8 Hermenêutica do direito processual civil.....	119
2.9 Princípio do contraditório.....	120
2.10 Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	121
2.11 Princípios da publicidade e da fundamentação	122
2.12 Ordem cronológica de conclusão	123
3. Aplicação das normas processuais	125
Resumo do Capítulo 2	129
Leituras Complementares (Capítulo 2).....	133
 Capítulo 3	
Função Jurisdicional	141
1. Para começar.....	141
2. Jurisdição	141
3. Ação.....	143
3.1 Legitimação extraordinária.....	147
3.2 Ainda sobre o interesse de agir.....	147
4. Limites da jurisdição nacional	148
5. Cooperação internacional.....	150
5.1 Disposições gerais.....	151
5.2 Auxílio direto.....	151
5.3 Carta rogatória	153
5.4 Disposições comuns.....	154
6. Competência.....	155
6.1 Disposições gerais.....	155
6.2 Modificação da competência	161
6.3 Incompetência	163
7. Cooperação nacional.....	165
Resumo do Capítulo 3	167
Leituras Complementares (Capítulo 3).....	170
 Capítulo 4	
Sujeitos do Processo.....	173
1. Para começar	173
2. Partes e procuradores	173

2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual)	174
2.2	Deveres.....	178
2.3	Responsabilidade das partes por dano processual	179
2.4	Despesas, honorários advocatícios e multas	180
2.5	Gratuidade da Justiça.....	189
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	192
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	195
3.	Litisconsórcio.....	196
3.1	Regime do litisconsórcio	200
4.	Intervenção de terceiros.....	202
4.1	Assistência.....	204
4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	204
4.1.2	Atuação do assistente.....	206
4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	207
4.2	Denúnciação da lide.....	208
4.2.1	Posição do denunciado.....	210
4.2.2	Julgamento da denúnciação e verbas de sucumbência	212
4.3	Chamamento ao processo	213
4.3.1	Sentença de procedência	214
4.4	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	214
4.5	<i>Amicus curiae</i>	217
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	221
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz	222
5.2	Impedimento e suspeição.....	228
5.3	Auxiliares da Justiça.....	230
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	231
5.3.2	Perito.....	232
5.3.3	Depositário e administrador	233
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	234
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais	234
6.	Ministério Público.....	238
7.	Advocacia pública.....	241
8.	Defensoria Pública	242

Resumo do Capítulo 4	244
Leituras Complementares (Capítulo 4).....	255
Capítulo 5	
Atos Processuais.....	264
1. Para começar.....	264
2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	264
3. Forma dos atos processuais	264
3.1 Prática eletrônica de atos processuais	266
3.2 Atos das partes.....	268
3.3 Pronunciamentos do juiz	269
3.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	271
3.5 Negócios processuais	272
3.6 Calendário processual	277
4. Tempo dos atos processuais	279
5. Lugar dos atos processuais	280
6. Prazos	280
6.1 Contagem e fluência	281
6.2 Verificação e penalidades	284
7. Comunicação dos atos processuais.....	285
7.1 Citação	286
7.1.1 Modalidades de citação.....	288
7.2 Cartas	291
7.3 Intimações	292
8. Nulidades.....	294
9. Distribuição e registro	299
10. Valor da causa	300
Resumo do Capítulo 5	302
Leituras Complementares (Capítulo 5).....	307
Capítulo 6	
Tutela Provisória	311
1. Para começar.....	311
2. Nomenclatura empregada	311
3. Tutela provisória e suas espécies.....	312

4.	Disposições gerais	315
4.1	Competência.....	316
4.2	Dever de motivação	316
4.3	Duração da tutela provisória	317
4.4	Dever-poder geral de assecuramento (cautela) e de satisfação (antecipação).....	318
4.5	Tutela provisória requerida em caráter incidental.....	319
4.6	Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória.....	320
5.	Tutela de urgência	320
5.1	Pressupostos	320
5.2	Caução.....	321
5.3	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação.....	321
5.4	Quando houver irreversibilidade	322
5.5	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	322
5.6	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	323
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	324
6.1	Petição inicial.....	325
6.2	Se concedida a tutela antecipada antecedente.....	326
6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente.....	328
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	328
6.5	Estabilização da tutela provisória	329
6.5.1	Dinâmica da estabilização.....	331
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	333
7.1	Citação do réu e suas atitudes.....	334
7.2	Apresentação do pedido principal.....	335
7.3	Duração	336
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	337
8.	Tutela da evidência.....	338
9.	Restrições à tutela provisória	342
	Resumo do Capítulo 6.....	348
	Leituras Complementares (Capítulo 6).....	351

Capítulo 7

	Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	358
1.	Para começar.....	358

2.	Formação do processo.....	358
3.	Suspensão do processo.....	361
3.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	362
3.2	Convenção das partes.....	363
3.3	Arguição de impedimento ou suspeição.....	363
3.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	364
3.5	Relações externas com a decisão de mérito.....	364
3.5.1	Relação entre processos civil e penal.....	365
3.6	Força maior.....	365
3.7	Tribunal marítimo.....	366
3.8	Outros casos previstos no CPC.....	367
3.9	Parto ou concessão de adoção.....	367
3.10	Advogado que se tornar pai.....	369
4.	Extinção do processo.....	370
4.1	Extinção do processo e prévio saneamento.....	372
	Resumo do Capítulo 7.....	373
	Leituras Complementares (Capítulo 7).....	375
 Capítulo 8		
	Fase Postulatória.....	376
1.	Para começar.....	376
2.	Petição inicial.....	377
2.1	O juízo a que é dirigida.....	377
2.2	Qualificação das partes.....	377
2.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	378
2.4	O pedido com as suas especificações.....	378
2.5	O valor da causa.....	380
2.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	381
2.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	382
2.8	Outras exigências.....	382
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	383
3.1	Juízo de admissibilidade positivo.....	383

3.2	Juízo de admissibilidade neutro	384
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	385
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	385
3.3.2	Improcedência liminar do pedido	388
4.	Audiência de conciliação ou de mediação	389
4.1	Não realização	392
4.2	Dinâmica	394
5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu	395
5.1	Contestação	395
5.1.1	Prazo	396
5.1.2	Preliminares	397
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação	398
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa	399
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa	400
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial	401
5.1.2.5	Perempção	401
5.1.2.6	Litispêndência e coisa julgada	402
5.1.2.7	Conexão	402
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	403
5.1.2.9	Convenção de arbitragem	403
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	404
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	405
5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	406
5.1.3	Defesas de mérito	406
5.2	Reconvenção	408
5.3	Revelia	409
5.4	Outros comportamentos do réu	410
	Resumo do Capítulo 8	411
	Leituras Complementares (Capítulo 8)	415
Capítulo 9		
	Fase Ordinatória	418
1.	Para começar	418

2.	Providências preliminares.....	419
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	420
3.1	Extinção do processo.....	420
3.1.1	Extinção sem resolução de mérito.....	421
3.1.2	Extinção com resolução de mérito.....	421
3.1.3	Extinção parcial.....	422
3.2	Julgamento antecipado do mérito.....	423
3.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	425
3.4	Saneamento e organização do processo.....	429
3.4.1	Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização.....	430
3.4.2	Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	431
3.4.3	Audiência de saneamento (saneamento cooperativo).....	432
3.4.4	Prova testemunhal.....	433
3.4.5	Prova pericial.....	434
	Resumo do Capítulo 9.....	435
	Leituras Complementares (Capítulo 9).....	437

Capítulo 10

	Fase Instrutória.....	439
1.	Para começar.....	439
2.	Audiência de instrução e julgamento.....	439
2.1	Abertura e adiamento da audiência.....	441
2.2	Instrução e debates.....	442
2.3	Julgamento.....	443
3.	Direito probatório.....	445
3.1	Disposições gerais.....	445
3.2	Princípios.....	446
3.3	Ônus da prova.....	448
3.4	Objeto da prova.....	449
3.5	Dinâmica da prova.....	450
4.	Produção antecipada da prova.....	451
5.	Ata notarial.....	453
6.	Depoimento pessoal.....	454
6.1	Produção do depoimento.....	455

7.	Confissão	456
7.1	Espécies e regime jurídico.....	457
8.	Exibição de documento ou coisa.....	458
8.1	Exibição requerida em face da parte contrária.....	459
8.2	Exibição requerida em face de terceiro.....	460
8.3	Exibição determinada de ofício.....	461
9.	Prova documental.....	461
9.1	Força probante dos documentos.....	462
9.2	Arguição de falsidade.....	464
9.3	Produção da prova documental.....	465
10.	Documentos eletrônicos.....	466
11.	Prova testemunhal.....	467
11.1	Admissibilidade e valor da prova testemunhal.....	467
11.2	Produção da prova testemunhal.....	469
12.	Prova pericial.....	471
12.1	Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia.....	472
12.2	Produção da prova pericial.....	474
12.3	Avaliação da perícia.....	475
12.4	Perícia consensual.....	475
13.	Inspeção judicial.....	476
	Resumo do Capítulo 10	478
	Leituras Complementares (Capítulo 10)	482

Capítulo 11

	Fase Decisória	488
1.	Para começar.....	488
2.	Sentença.....	489
2.1	Sentenças terminativas.....	490
2.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	490
2.1.2	Paralisação e abandono do processo.....	490
2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos.....	491
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação.....	491
2.1.5	Desistência.....	492

2.1.6	Intransmissibilidade do direito	493
2.1.7	Outros casos.....	493
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz.....	493
2.1.9	Peculiaridade recursal.....	495
2.1.10	Repropositura da demanda.....	495
2.2	Sentenças definitivas	496
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	496
2.2.2	Decadência ou prescrição	497
2.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos	497
2.2.4	Possibilidade de julgamento de mérito	498
2.3	Elementos da sentença. Dever de fundamentação	499
2.4	Vinculação da sentença ao(s) pedido(s).....	501
2.5	Fatos novos.....	502
2.6	Princípio da invariabilidade da sentença	502
3.	Hipoteca judiciária	503
4.	Remessa necessária.....	503
5.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	505
5.1	Prestações de fazer ou não fazer	506
5.2	Prestações de entrega de coisa.....	507
5.3	Conversão em perdas e danos	507
6.	Sentença e emissão de declaração de vontade.....	508
7.	Coisa julgada.....	508
7.1	Coisa julgada formal e coisa julgada material. Coisa julgada com eficácia interna e com eficácia externa.....	510
7.2	Limites objetivos.....	511
7.2.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	513
7.3	Limites subjetivos	515
7.4	Limites temporais	516
7.5	Preclusão	517
	Resumo do Capítulo 11.....	519
	Leituras Complementares (Capítulo 11).....	522

Capítulo 12

Liquidação.....	529
1. Para começar.....	529
2. Liquidação parcial.....	532
3. Limites cognitivos da liquidação.....	532
4. Liquidação por arbitramento.....	532
5. Liquidação pelo procedimento comum.....	534
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos.....	534
7. Liquidação provisória.....	535
Resumo do Capítulo 12.....	536
Leituras Complementares (Capítulo 12).....	538

Capítulo 13

Cumprimento de Sentença.....	539
1. Para começar.....	539
2. Disposições gerais.....	542
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária.....	542
2.2 Títulos executivos judiciais.....	544
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional.....	545
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	546
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	546
2.2.4 Formal e certidão de partilha.....	547
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça.....	547
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	548
2.2.7 Sentença arbitral.....	548
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras.....	549
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento.....	549
2.3 Competência.....	550
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado.....	550
3. Cumprimento provisório.....	551
3.1 Conceito e espécies.....	552
3.2 Regime do cumprimento provisório.....	554
3.2.1 Impugnação.....	555
3.2.2 Incidência de multa no caso de não pagamento.....	555

3.2.3	Honorários de advogado.....	556
3.2.4	Retorno ao estado anterior.....	557
3.2.5	Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	557
3.3	Dispensa da caução	558
3.3.1	Manutenção da caução	560
3.3.2	Prestação da caução	560
3.4	Documentação para o cumprimento provisório	561
3.4.1	Momento de formulação do requerimento.....	562
3.5	Outras modalidades obrigacionais	563
4.	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	563
4.1	Fluência do prazo para pagamento	565
4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	566
4.3	Impugnação.....	568
4.3.1	Matérias arguíveis na impugnação	568
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação	569
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte.....	569
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	569
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	571
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	571
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	572
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação	572
4.3.2	Suspeição e impedimento.....	573
4.3.3	Efeito suspensivo	573
4.3.4	Procedimento da impugnação	575
4.3.5	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade	576
4.4	Iniciativa do réu.....	577
4.5	Atipicidade dos meios executivos.....	577
5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	578

5.1	Outras técnicas executivas	580
5.2	Tipos de alimentos tutelados.....	581
5.3	Constituição de capital.....	582
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	583
6.1	Impugnação.....	585
6.1.1	Efeito suspensivo.....	586
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	588
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	589
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer.....	589
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente.....	590
7.1.2	Técnicas executivas	591
7.1.2.1	Especialmente a multa.....	593
7.2	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	596
	Resumo do Capítulo 13.....	599
	Leituras Complementares (Capítulo 13).....	604

Capítulo 14

	Procedimentos Especiais	607
1.	Para começar.....	607
1.1	Um tema com variações	608
1.2	Primeira visão dos procedimentos especiais	610
1.3	A nomenclatura empregada	611
2.	Ação de consignação em pagamento	612
3.	Ação de exigir contas	613
4.	Ações possessórias.....	615
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	618
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	621
7.	Inventário e partilha.....	623
8.	Embargos de terceiro.....	628
9.	Oposição.....	631
10.	Habilitação.....	632

11. Ações de família.....	632
12. Ação monitória.....	634
13. Homologação do penhor legal.....	637
14. Regulação de avaria grossa	638
15. Restauração de autos.....	638
16. Jurisdição voluntária	639
16.1 Disposições gerais.....	641
16.2 Notificação e interpelação	642
16.3 Alienação judicial.....	642
16.4 Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio	643
16.5 Testamentos e codicilos.....	645
16.6 Herança jacente	645
16.7 Bens dos ausentes	646
16.8 Coisas vagas.....	646
16.9 Interdição	647
16.10 Disposições comuns à tutela e à curatela	650
16.11 Organização e fiscalização das fundações.....	651
16.12 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	652
Resumo do Capítulo 14.....	654
Leituras Complementares (Capítulo 14)	659
 Capítulo 15	
Processo de Execução	664
1. Para começar.....	664
2. Disposições gerais da execução	665
2.1 Partes.....	667
2.2 Competência.....	670
2.3 Título executivo	670
2.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	672
2.3.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	672

2.3.3	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	672
2.3.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	672
2.3.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	673
2.3.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte	673
2.3.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio	674
2.3.8	Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	674
2.3.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	675
2.3.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	675
2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	675
2.3.12	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	676
2.3.13	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	676
2.3.14	Título executivo e “processo de conhecimento”	677
2.4	Responsabilidade patrimonial	678
2.5	Fraude à execução	679
3.	Diversas espécies de execução	681
3.1	Petição inicial	682
3.2	Execução para entrega de coisa	684
3.2.1	Coisa certa	685
3.2.2	Coisa incerta	687
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	687
3.3.1	Obrigações de fazer	688
3.3.2	Obrigações de não fazer	689
3.4	Execução por quantia certa	690
3.4.1	Citação e arresto	690
3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução	692
3.4.3	Penhora, depósito e avaliação	693

3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	695
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora	696
3.4.3.3	Modificações da penhora	697
3.4.3.4	Modalidades de penhora	698
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	699
3.4.3.4.2	Penhora de créditos	699
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	700
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	701
3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa	702
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	703
3.4.3.5	Avaliação	704
3.4.4	Expropriação	706
3.4.4.1	Adjudicação	706
3.4.4.2	Alienação	708
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular	708
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	708
3.4.5	Satisfação do crédito	716
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	717
3.4.5.2	Concurso singular de credores	718
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	719
3.4.7	Execução de alimentos	722
4.	Embargos à execução	724
4.1	Prazo	725
4.2	Fundamentos	725
4.3	Rejeição liminar	727
4.4	Efeito suspensivo	728
4.5	Procedimento e julgamento	729
4.6	Moratória	730
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	731
5.1	Suspensão	731
5.2	Extinção	732

Resumo do Capítulo 15.....	734
Leituras Complementares (Capítulo 15).....	741
Capítulo 16	
Processos nos Tribunais.....	747
1. Para começar.....	747
2. Disposições gerais.....	748
2.1 Direito jurisprudencial.....	755
2.2 Julgamento de casos repetitivos.....	763
3. Ordem dos processos nos Tribunais.....	764
3.1 Deveres-poderes do relator.....	765
3.2 Preparativos para o julgamento.....	767
3.3 Sustentação oral.....	767
3.4 Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	769
3.5 Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria ..	771
4. Incidente de assunção de competência.....	773
4.1 Pressupostos e finalidade.....	773
4.2 Competência.....	774
4.3 Legitimidade e instauração.....	775
4.4 Julgamento e suas consequências.....	775
4.5 Revisão da tese.....	776
4.6 Recursos.....	776
5. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	777
5.1 Dispensa.....	778
5.2 Instrução.....	778
5.3 Julgamento e consequências.....	779
6. Conflito de competência.....	779
6.1 Instauração e legitimidade.....	780
6.2 Contraditório e instrução.....	780
6.3 Atitudes do relator.....	781
6.4 Julgamento colegiado e consequências.....	781
7. Homologação de decisão estrangeira e exequatur.....	781
7.1 Abrangência.....	782
7.2 Homologação de medidas de urgência.....	783

7.3	Elementos para a homologação.....	784
7.4	Procedimento	784
7.5	Cumprimento.....	785
8.	Ação rescisória	786
8.1	Hipóteses de cabimento.....	786
8.1.1	A “ação anulatória”	790
8.2	Legitimidade	791
8.3	Petição inicial	791
8.4	Tutela provisória.....	794
8.5	Procedimento.....	794
8.6	Julgamento	794
8.7	Prazo	795
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	796
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	797
9.2	Legitimados	799
9.3	Ofício ou petição de instauração	800
9.4	Admissibilidade	801
9.5	Atitudes do relator.....	802
9.5.1	Suspensão dos processos.....	802
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF	804
9.5.2	Instrução.....	805
9.6	Julgamento	807
9.6.1	Abrangência.....	808
9.6.2	Consequências.....	809
9.6.3	Divulgação	811
9.6.4	Prazo	812
9.7	Revisão da tese.....	813
9.8	Recurso extraordinário e recurso especial.....	814
10.	Reclamação	817
10.1	Natureza jurídica	817
10.2	Hipóteses de cabimento.....	818
10.3	Competência, legitimidade e petição inicial	821
10.4	Atitudes do relator e procedimento.....	821

10.5 Julgamento e suas consequências.....	822
Resumo do Capítulo 16.....	823
Leituras Complementares (Capítulo 16).....	834
Capítulo 17	
Recursos.....	849
1. Para começar.....	849
2. Elementos de uma teoria geral dos recursos.....	849
2.1 Definição.....	849
2.2 Classificação.....	850
2.3 Princípios.....	851
2.4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	855
2.5 Efeitos.....	856
3. Disposições gerais.....	857
3.1 Cabimento.....	857
3.2 Eficácia imediata e efeito suspensivo.....	859
3.3 Legitimidade.....	861
3.4 Recurso adesivo.....	861
3.5 Atos dispositivos relativos ao recurso.....	862
3.6 Tempestividade.....	863
3.7 Recurso de litisconsorte.....	864
3.8 Preparo.....	865
3.9 Efeito substitutivo.....	866
3.10 Baixa de autos.....	867
4. Apelação.....	867
4.1 Petição de interposição.....	868
4.1.1 Questões novas.....	870
4.2 Efeito suspensivo.....	870
4.2.1 Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo.....	871
4.3 Efeito devolutivo e translativo.....	872
4.4 No Tribunal.....	875
5. Agravo de instrumento.....	875
5.1 Petição de interposição.....	879
5.1.1 Formação do instrumento.....	880

5.2	Apresentação na primeira instância	881
5.3	No Tribunal	882
6.	Agravo interno	883
6.1	Petição de interposição	883
6.2	Julgamento	884
7.	Embargos de declaração.....	885
7.1	Prazo	886
7.2	Processamento.....	887
7.3	Efeito suspensivo	887
7.4	Julgamento.....	888
7.5	Efeito modificativo.....	889
7.6	Multa.....	890
7.7	Embargos de declaração e prequestionamento.....	891
8.	Recurso ordinário.....	893
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento.....	894
9.	Recurso extraordinário e recursospecial	896
9.1	Petição de interposição.....	899
9.2	Efeito suspensivo	901
9.3	Demonstração da repercussão geral.....	901
9.4	Contrarrazões.....	904
9.5	Interposição simultânea.....	907
9.6	Reenvio.....	907
9.7	Julgamento.....	908
9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	910
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção.....	911
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF.....	912
9.8.3	Decisão de afetação.....	912
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores.....	914
9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva.....	915
9.8.5	Preparação para julgamento.....	916
9.8.6	Julgamento e consequências	917

9.8.6.1 No STF e no STJ.....	917
9.8.6.2 Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância.....	918
9.8.7 Manutenção do acórdão recorrido.....	921
9.8.8 Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem...	922
10. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	923
11. Embargos de divergência.....	925
11.1 Demonstração da divergência.....	926
11.2 Processamento	928
Resumo do Capítulo 17.....	929
Leituras Complementares (Capítulo 17).....	939
<i>Epilogo</i>	949
<i>Vocabulário</i>	951
<i>Bibliografia</i>	969
<i>Sites</i>	983